Ano XI - Nº 4.491

Quarta-feira, 25 de Março de 2015

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

DIÁRIO OFICIAL DO LEGISLATIVO

IPTU Verde é presente para Salvador

Em meio às comemorações pelo aniversário da cidade, o prefeito regulamentou o imposto sugerido por Paulo Câmara



Fotos: Antonio Queirós



O decreto que regulamenta o IPTU Verde em Salvador foi assinado na manhã de terça-feira (24) pelo prefeito ACM Neto, ao lado do vereador Paulo Câmara (PSDB), chefe do Poder Legislativo municipal e autor do projeto que sugeriu a implantação do novo imposto, seguindo critérios de sustentabilidade. A iniciativa fez parte da programação pelo aniversário da cidade.

Leia mais na página 3

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR
Criado pela Lei 4.429 de 19 de novembro de 1991

Presidente:
Paulo Câmara
paulocamara@cms.ba.gov.br

1º Vice-Presidente:
Geraldo Júnior
geraldojunior@cms.ba.gov.br

2º Vice-Presidente:
Claudio Tinoco
claudiotinoco@cms.ba.gov.br

3º Vice-Presidente:
Isnard de Araújo
isnardaraujo@cms.ba.gov.br

1º Secretário:
Kiki Bispo
kikibispo@cms.ba.gov.br

2º Secretário:
Orlando Palhinha
palhinha@cms.ba.gov.br

3º Secretário:
Alfredo Mangueira
alfredomangueira@cms.ba.gov.br

4º Secretário:
J. Carlos Filho
jcarlosfilho@cms.ba.gov.br

Corregedor-Geral:
Edvaldo Brito
edvaldobrito@cms.ba.gov.br

Ouvidor-Geral:
Henrique Carballal
henriquecarballal@cms.ba.gov.br

Ouvidora-Substituta:
Cátia Rodrigues
catiarodrigues@cms.ba.gov.br

Secretaria de Comunicação

Secretário-Chefe
Osvaldo Lyra
osvaldo.lyra@cms.ba.gov.br

(71) 3321-3918
(71) 3320-0380 (fax)
www.cms.ba.gov.br
imprensacms@cms.ba.gov.br
imprensacms@gmail.com

Siga a CMS no twitter!
www.twitter.com/camarasalvador

TV Câmara Salvador Canal 10 do Sim TV
Câmara Municipal de Salvador Praça Municipal - CEP 40020-010
Salvador – Bahia – Brasil

ISO 9001 BUREAU VERITAS Certification

Descaso com a Salvamar é tema de audiência pública

Evento requerido pelo vereador Everaldo Augusto será realizado na quinta-feira (26), no Centro de Cultura da Câmara

A Câmara Municipal de Salvador promove, nesta quinta-feira (26), às 14h, no Centro de Cultura da Casa, audiência pública para discutir o estado de precariedade a que estão expostos os profissionais da Salvamar. O evento, requerido pelo vereador Everaldo Augusto (PCdoB), vai reunir representantes do Sindicato dos Servidores da Prefeitura de Salvador (Sindseps), da Associação Baiana de Salvamento (Abasa) e autoridades políticas.

O vereador Everaldo Augusto desde 2014 pede providências à Prefeitura e chegou a entrar com um pedido de Representação junto ao Ministério Público (MP) para denunciar as más condições do serviço de salvamento. "A Prefeitura não está dando a devida assistência à segurança das pessoas que vão às praias muito menos às crianças especiais que usam a atividade física. Trata-se de um prejuízo social muito grande. Além disso, por mais que os profissionais sejam capacitados e experientes, sem equipamentos de segurança a qualidade do trabalho fica prejudicada, e, em se tratando de vidas, todo o cuidado é pouco", frisou Everaldo.


Fotos: Reginaldo Ipê

Vereador Everaldo Augusto

Segundo o presidente da Abasa, Pedro Barreto, a situação é de descaso, abandono e falta de compromisso, e está gerando riscos aos salva-vidas e à população. Ainda de acordo com Barreto, não há equipamentos de salvamento como botes e boias salva-vidas; os mirantes não oferecem proteção para chuva e sol; a pintura da sede é realizada através de mutirões e a piscina está sem manutenção há mais de 2anos, com azulejos soltos e rachaduras nas paredes. Situação que está inviabilizando os treinamentos e projetos sociais que funcionavam no local com atendimento a 80 crianças, algumas com necessidades especiais.

Medalha Thomé de Souza para mestre de Krav Magá

Homenagem da Câmara acontecerá nesta quinta-feira (26), às 19h, no Plenário Cosme de Farias

Por iniciativa da vereadora Vânia Galvão (PT), a Câmara Municipal de Salvador outorgará a Medalha Thomé de Souza ao mestre de Krav Magá Henrique Raeder Cerqueira. A homenagem acontecerá nesta quinta-feira (26), às 19h, em sessão solene no Plenário Cosme de Farias.

"Essa condecoração representa uma pequena homenagem a um homem que tanto trabalhou para que cada cidadão possa viver dignamente", destacou a vereadora Vânia Galvão. Nascido em Salvador, no bairro do Pero Vaz, em 1960, Henrique Raeder sempre se interessou por artes marciais, formando-se faixa preta em várias modalidades. O primeiro contato com o esporte aconteceu no Rio de Janeiro, onde se formou instrutor pela Federação Sul Americana de Krav Magá.

Confiança

"Através da técnica do Krav Magá, Henrique permite diariamente que muitos cidadãos soteropolitanos possam andar de cabeça erguida nas ruas, e com a confiança que nos tirou a violência do cotidiano", destacou a autora do projeto de resolução.

De acordo com Henrique Raeder, que aprendeu o Krav Magá com o israelense Kobi Lichtenstein, cada um deve fazer a sua parte por um mundo melhor. "A minha contribuição é permitir que as pessoas possam sobreviver dos perigos que enfrentam todos os dias", afirmou.

O homenageado participou, em 2010, da organização do 1º Congresso Mundial de Krav Magá, onde o Guinness Book registrou a maior aula pública de defesa pessoal do mundo. Em 2011, em visita a Israel, conheceu a realidade que viveu o criador da técnica, além de receber treinamento da unidade de elite daquele país.


Vereadora Vânia Galvão

A técnica foi criada por Imrir Lichtenfeld (Sdeor), um judeu nascido em 1910, em Budapeste. Fugido da perseguição nazista, foi parar em Israel, após a Segunda Guerra Mundial, onde fez o Krav Magá se desenvolver dentro do exército. A concepção do Krav Maga revela um caminho que permite qualquer um exercer o direito à vida, mesmo no cenário violento que nos rodeia. É a única luta reconhecida mundialmente como arte de defesa pessoal e não como arte marcial.

IPTU Verde é regulamentado pela Prefeitura

Paulo Câmara é autor do projeto que estabelece incentivos fiscais a quem adotar medidas sustentáveis em seus imóveis

O prefeito ACM Neto assinou na terça (24) o decreto que regulamenta o IPTU Verde, programa de certificação que estabelece benefícios fiscais a contribuintes que adotem ações sustentáveis em seus imóveis. O presidente da Câmara Municipal, Paulo Câmara (PSDB), participou da solenidade de assinatura do documento no Palácio Tomé de Souza, ao lado de vereadores, secretários, representantes do setor imobiliário e da construção civil. A assinatura fez parte das comemorações pelo aniversário da cidade (29 de março).

Fotos: Antonio Queirós



Autor do Projeto de Lei nº 209/2011, que deu origem ao decreto, Paulo Câmara comemorou a implementação da iniciativa pela Prefeitura. "Comecei discutindo esse tema em 2009, quando era membro da Comissão de Planejamento Urbano e Meio Ambiente da Câmara, quando dei entrada no projeto de lei do IPTU Verde e apresentei ao Executivo, mas na época não foi dada a devida importância. Ao iniciar essa nova legislatura, já com a nova gestão municipal, o secretário André Fraga se comprometeu a acatar essa sugestão. Hoje, esse projeto é uma realidade em Salvador, um marco do Executivo", ressaltou.



Paulo Câmara e o prefeito ACM Neto

Funcionamento

A certificação será obtida através do empreendimento que adotar ações e práticas que visam à redução do consumo de recursos naturais e dos impactos ambientais, dividida em cinco grandes áreas: gestão sustentável das águas, eficiência e alternativas energéticas, projeto sustentável, bonificações e emissões de gases de efeito estufa. Cada item gera pontos, que são transformados em descontos, com variação que compõe as categorias Bronze (5%), Prata (7%) e Ouro (10%).

A certificação será concedida a empreendimentos a serem edificados, assim como a ampliações ou reformas de imóveis já existentes de uso residencial, misto ou institucional.

Clínica APICE ensina cidadania através de visita à Câmara

Pacientes da clínica puderam conhecer um pouco sobre o funcionamento e estrutura da Casa

Guiado pela vereadora Aladilce Souza (PCdoB), um grupo de pacientes da Clínica APICE (Assistência Psiquiátrica Integral e Centro de Estudos) conheceu o Plenário Cosme de Farias, o Memorial e as instalações da Câmara Municipal de Salvador.

A visita faz parte de uma atividade da oficina de cidadania, realizada todas as segundas-feiras pela clínica. O objetivo é conhecer mais a Câmara e o seu funcionamento. Dona Conceição Penha já conhecia o Paço Municipal, mas essa foi a primeira vez depois da reforma de 2010. "Esse é um espaço importante, está bem estruturado e preserva a história", declarou.

Foto: Antonio Queirós



Projetos de Euvaldo Jorge são aprovados na Câmara

Doze propostas do vereador foram referendadas em plenário

O vereador Euvaldo Jorge (PP) comemorou a aprovação de 12 projetos de sua autoria na última semana, na Câmara Municipal. As propostas versam sobre os mais variados temas como mobilidade urbana, segurança, administração, ação social e saúde.

Entre os textos aprovados está o que indica a isenção da taxa de estacionamento de Zona Azul para pessoas com mobilidade reduzida e o que sugere implantação de duplo sentido em toda extensão da rua J. J. Seabra (Baixa dos Sapateiros), com o objetivo de melhorar o tráfego em uma importante área da cidade, ajudando a revitalizar o comercio da região.

Um outro projeto indica que a Transalvador emita correspondências com fotografias coloridas quando se tratar de infrações por avanço do sinal vermelho ou de parada obrigatória, considerando a necessidade de dar maior transparência aos atos praticados pelo órgão municipal no tocante a aplicação de multas por equipamentos eletrônicos.

Na área da saúde foi aprovado o projeto de indicação que determina a instalação de um Centro de Atenção Psicossocial (CAPs) no bairro de Valéria, já que a região não conta com nenhuma unidade de saúde especializada voltada para pacientes com transtornos mentais.

Na esfera da segurança pública, o vereador sugere a implantação de sistema de videomonitoramento em prédios da administração pública, praças e parques do município do Salvador. Todos agora aguardam sanção do prefeito ACM Neto.

No ano passado, Euvaldo Jorge foi o 4º vereador, entre os principiantes, mais atuantes da atual legislatura de acordo com informações disponíveis no próprio site da Câmara. Já em seu primeiro ano de atuação assumiu a presidência da Comissão de Trânsito, Transportes e Serviços Municipais, sendo reeleito agora em 2015. Ao longo de dois anos de vereança apresentou 107 projetos para regularizar e/ou qualificar a oferta de serviços na capital baiana. "Trabalhar a favor da população em todos os momentos, buscando oferecer melhor qualidade de vida para todos de forma atuante e honrada. Essa é a minha obrigação como servidor do povo", afirma Euvaldo Jorge.

Fotos: Reginaldo Ipê



Vereador Euvaldo Jorge



Vereador Geraldo Júnior

CCJ inicia debate sobre regimento da Guarda Municipal

Projeto de Lei 02/2015 propõe criação de normas para a categoria

A Comissão de Constituição e Justiça e Redação Final da Câmara Municipal de Salvador realizará mais uma reunião nesta quarta-feira (25), às 13h30, na sala das comissões. O encontro dará início à discussão do Projeto de Lei 02/015, que institui o Regime Disciplinar da Guarda Civil Municipal do Salvador, com a finalidade de definir os deveres e os direitos dos integrantes da Guarda, tendo como relator o vereador Geraldo Júnior.

"Aguardo todos para discutirmos mais um projeto de grande importância para nossa cidade que tramita na Câmara", convida Leo Prates (DEM), presidente da Comissão.

Vado participa de lançamento do "Prefeitura vai aos Bairros"

Vereador agradeceu ao Executivo a realização de obras indicadas por ele no Subúrbio Ferroviário

O vereador Vado Malassombrado (DEM) acompanhou o prefeito ACM Neto em Paripe, no Subúrbio Ferroviário, durante o lançamento do projeto "Prefeitura vai aos Bairros". O evento, realizado na quinta-feira (19), registrou a localidade como a primeira a ser contemplada com o programa que desloca o Executivo às prefeituras-bairro.

Na ocasião, o vereador destacou a importância de indicações propostas por ele na Câmara Municipal - como a pavimentação da Estrada Velha de São Tomé e a iluminação pública no Morro da Fumaça -, que correspondem a necessidades apresentadas pela comunidade.

Vado Malassombrado ainda aproveitou a oportunidade para solicitar à prefeitura a pavimentação do Loteamento das Mangueiras e da Rua Juruna, ambas na mesma localidade, além de ressaltar a necessidade de implantação de obras na encosta de Nova Brasília de São Tomé e uma linha de transporte alternativo para subir a Muribeka.



Vereador Vado Malassombrado

Comissão contribui para aplicação da Lei de Acesso à Informação

Relatório apresenta atividades realizadas em 2014 e sugere ações para 2015

A Comissão Interna de Implementação da Lei de Acesso à Informação Pública (LAI), criada pela Portaria 13/2012 da Presidência da Câmara Municipal de Salvador, divulga o relatório de atividades de 2014 e indica ações para 2015.

O documento, entregue ao presidente Paulo Câmara (PSDB), sugere para 2015 a criação do "Programa Dados Abertos", baseado na experiência bem sucedida da Câmara Municipal de São Paulo, e a adesão ao Programa "Brasil Transparente", executado pelo Governo Federal.

O relatório de 2014 destaca a realização de reuniões para a capacitação de servidores da Casa sobre as leis Federal 12.527/11 e Municipal 8.460/13 e a promoção de debates sobre a LAI na Universidade Estadual da Bahia (Uneb) e Universidade Federal da Bahia (Ufba).

Também registra a divulgação de cartilhas do Portal Interlegis e da Controladoria Geral da União (CGU) sobre a transparência nos órgãos públicos e as penalidades previstas e a atualização de dados no Portal Transparência da Câmara referentes às diretorias Financeira, Legislativa e Administrativa.

Foto: Antonio Queirós



Comissão realiza reunião ampliada sobre a LAI

As ações da Câmara para cumprir a LAI foram apresentadas pela presidente da comissão, Claudia Correia, durante o Encontro Estadual de Ouvidorias, promovido pela Ouvidoria Geral do Estado (OGE) em Camaçari, em setembro do ano passado.

A comissão ainda realizou pesquisa junto a portais de outras câmaras para propor a inserção de novos dados e elaborou o fluxograma para normatizar a tramitação dos pedidos com base na LAI.

A Comissão Interna de Implementação da LAI é composta por servidores da Câmara que representam a Ouvidoria, a Assessoria de Comunicação, a Controladoria, a Procuradoria Jurídica, a Assessoria de Informática, além das diretorias Administrativa, Legislativa e Financeira.

Serviço de Informação ao Cidadão

Em 2014, foram registrados no Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), disponível no portal www.cms.ba.gov.br, 12 pedidos de informação, o que revela um maior conhecimento do cidadão sobre os direitos à informação junto à administração pública, uma vez que em 2013 foram oito pedidos.

De 2012 a 2014, a Ouvidoria da Câmara computou 43 pedidos através do SIC e de unidades administrativas da Câmara. Os assuntos mais frequentes foram o "concurso público realizado pela Câmara em 2011 (27%)" e "projetos de leis em tramitação (27%)", seguidos de "recursos humanos" (16%) e "documentos e despesas da Câmara" (11%). Até fevereiro de 2015, foram quatro pedidos de informação registrados pelo SIC/Ouvidoria.

Paulo Câmara participa de debate sobre a mulher

Evento acontece nesta quarta (25), às 14h, no Centro de Cultura da Câmara

O presidente do Poder Legislativo Municipal, vereador Paulo Câmara (PSDB), participa, na tarde desta quarta-feira (25), da mesa de abertura do "Fórum Mulher e Transversalidade: Porque mulher é tema transversal". Acolhido pelo Centro de Cultura da Câmara e realizado pela Secretaria Municipal da Educação (SMED), o evento irá discutir os processos históricos, políticos e sociais vivenciados pela mulher e suas relações com o campo da educação.

Com início às 14h, a atividade que integra as comemorações pelo Dia Internacional da Mulher (8 de março), contará também com a presença do secretário Municipal da Educação, Guilherme Bellintani, da diretora pedagógica da SMED, Joelice Braga, da vice-prefeita de Salvador, Célia Sacramento, da secretária Municipal da Reparação, Ivete Sacramento, da superintendente de Políticas para as Mulheres, Mônica Kalile, e da coordenadora do Fundo Municipal para o Desenvolvimento Humano e Inclusão Educacional de Mulheres Afrodescendentes (Fiema), Rose Rozendo.

Foto: Reginaldo Ipê



Paulo Câmara vai compor mesa de abertura

CÂMARA MUNICIPAL

ATA

14ª SESSÃO ORDINÁRIA DO 3º PERÍODO LEGISLATIVO DA 17ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR, REALIZADA NO DIA 18 DE MARÇO DE 2015.

PRESIDENTE: VEREADOR ISNARD ARAÚJO
1º SECRETÁRIO: VEREADOR HENRIQUE CARBALLAL
2º SECRETÁRIO: VEREADOR ORLANDO PALHINHA

Compareceram os Senhores vereadores: ALADILCE SOUZA, ALBERTO BRAGA, ALEMÃO, ALFREDO MANGUEIRA, ANA RITA TAVARES, ANTÔNIO MÁRIO, ARNANDO LESSA, ATANÁZIO JÚLIO, BECA, CARLOS MUNIZ, CÁTIA RODRIGUES, CLÁUDIO TINOCO, DUDA SANCHES, EDVALDO BRITO, ELIEL, EUVALDO JORGE, EVERALDO AUGUSTO, GERALDO JÚNIOR, GILMAR SANTIAGO, HENRIQUE CARBALLAL, HILTON COELHO, ISNARD ARAÚJO, JOCEVAL RODRIGUES, J. CARLOS FILHO, JOSÉ TRINDADE, KÁTIA ALVES, KIKI BISPO, LEANDRO GUERRILHA, LÉO PRATES, LUIZ CARLOS DE SOUZA, LUIZ CARLOS SUICA, MOISÉS ROCHA, ODIOSVALDO VIGAS, ORLANDO PALHINHA, PAULO CÂMARA, PAULO MAGALHÃES JÚNIOR, PEDRINHO PEPÊ, SABÁ, SÍLVIO HUMBERTO, TOINHO CAROLINO, VADO MALASSOMBRADO e WALDIR PIRES. Havendo número legal, o Senhor presidente declarou aberta a Sessão, anunciando a leitura e discussão da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem restrições. Em seguida, foi realizada a leitura do Expediente, que constou do seguinte: Ofício n. 132/15 da Secretaria Municipal de Urbanismo; Ofício n. 17/15 da Agência Nacional do Cinema (Ancine); Carta da Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário da Bahia (Ademi-BA); Projeto de Lei n. 67/15 da vereadora Cátia Rodrigues; Projetos de Resolução n.s 13/15 da vereadora Ana Rita Tavares, 14/15 do vereador Carlos Muniz, 15/15 do vereador Cláudio Tinoco e 16/15 do vereador Leandro Guerrilha; Projetos de Indicação n.s 114 e 115/15 do vereador Sílvio Humberto, 116/15 da vereadora Cátia Rodrigues e 117 a 119/15 do vereador Eliel; Requerimentos n.s 130/15 do vereador Henrique Carballal, 131/15 do vereador Gilmar Santiago e 132/15 do vereador Everaldo Augusto; e Moção n. 07/15 do vereador Everaldo Augusto. Terminada a leitura do Expediente, pela ordem, o vereador Léo Prates pediu ao vereador Luiz Carlos Suica que os vereadores da Oposição permanecessem na Sessão para que pudesse haver votação, em função da qual, pediu ao Senhor presidente que a ordem da Sessão fosse invertida, com os Registros sendo deixados para depois. O Senhor presidente Geraldo Júnior, após consultar o Plenário, acatou o pedido. Pela ordem, o vereador Everaldo Augusto questionou a votação do pedido de inversão, dizendo que a Oposição não concordava com ele. O Senhor presidente explicou haver decidido segundo a soberania do Plenário. Pela ordem, o vereador Carlos Muniz também questionou a decisão dizendo que ela não contou com a participação da liderança da Oposição. O Senhor presidente reiterou a explicação anteriormente dada. Pela ordem, o vereador Everaldo Augusto disse que a votação foi feita no curso de questão de ordem e pediu que a decisão fosse revista. Pela ordem, o vereador Paulo Magalhães Júnior disse que o Requerimento verbal do vereador Léo Prates foi votado e que, portanto, tratava-se de matéria vencida. Pela ordem, o vereador Luiz Carlos Suica disse que não estava presente à votação e o vice-líder da Oposição não fora consultado, e que, portanto, não havia entendimento sobre a inversão. Pela ordem, o vereador Hilton Coelho também colocou-se contra a inversão. Pela ordem, a vereadora Aladilce Souza também se manifestou contrária à inversão e solicitou inscrição para Registro. O Senhor presidente informou que transmitiria a Presidência da Sessão ao Senhor presidente Paulo Câmara e suspendeu a Sessão por 15 minutos. Retomada a Sessão, o Senhor presidente Geraldo Júnior, antes de passar a Presidência, anunciou que, em respeito ao que foi conversado com os vereadores, manteria a ordem normal da Sessão, com os Registros sendo feitos antes da votação das Proposições. Em seguida, chamou o Senhor presidente Paulo Câmara para conduzir a Sessão. Nos **Registros**, ocupou inicialmente a Tribuna o vereador Moisés Rocha, que elogiou o vereador Geraldo Júnior por retroceder na decisão que tomara. Lembrou o deslizamento que atingiu a Ladeira do Cacau e historiou as ações realizadas no local, ainda inconclusas. Comentou a visita ao local, na última sexta-feira, da Comissão de Planejamento Urbano e Meio Ambiente, representada pelo vereador Arnando Lessa, na qual também tomaram parte um secretário municipal e um engenheiro. Convidou para audiência pública para discussão das responsabilidades sobre essa questão, na segunda-feira, às 9h, no Centro de Cultura, com a participação da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (Conder), Prefeitura, Superintendência de Conservação e Obras Públicas (Sucop), Defesa Civil e Ministério Público (MP). A vereadora Aladilce Souza saudou os presentes na Galeria e ressaltou a importância de se ouvirem os proprietários de transporte escolar, insatisfeitos com Projeto aprovado pela Casa. Em seguida, discorreu sobre o Projeto de alteração do Plano Plurianual (PPA), que sobresta a pauta, e sobre o programa *Primeiro Passo*, o qual criticou. Lembrou ter chamado a atenção, quando da votação do Projeto que instituiu o programa, para o fato de não haver previsão no PPA para tanto e de a votação estar acontecendo em momento de disputa eleitoral. Por fim, considerou que a não-previsão do programa no PPA vigente à época se deve à vigência retroativa que se pretende no Projeto de alteração do PPA em trâmite na Casa. O vereador Luiz Carlos Suica também saudou os presentes na Galeria e parabenizou o Senhor presidente Geraldo Júnior por não ter invertido a pauta dos trabalhos. Em seguida, disse que a Oposição não é contra transferência de renda, mas não pode concordar com o *Primeiro Passo*. Comentou sobre o déficit de vagas em creches e afirmou que os 50 reais dados como auxílio não resolvem o problema. Considerou enorme a diferença entre o *Primeiro Passo* e o *Bolsa Família*, e importante a discussão em torno da construção de creches. O vereador Sílvio Humberto também saudou a Galeria, ressaltou a importância da construção coletiva e comprometeu-se a ler o material disponibilizado pelos proprietários de transporte escolar para entender melhor o pleito. Contou ter conversado, no dia anterior, com o secretário de Educação, sobre o *Primeiro Passo*, programa que considera ser paliativo e nada resolver. Avaliou não ser dessa forma, dando às famílias um valor irrisório, que se resolve a desigualdade educacional, considerando ser essa uma prova cabal de que a Prefeitura estava deixando a responsabilidade da educação infantil com a família. Por fim, observou que os recursos a serem gastos poderiam ser revertidos para a melhoria de ações estruturantes. O vereador Arnando Lessa contou haver recebido documento dos profissionais de transporte escolar e pediu diálogo sobre a questão envolvendo a nova Lei sobre uso de rastreadores. Considerou o vereador Euvaldo Jorge, autor da Lei, um democrata, e sugeriu que os pais das crianças também fossem ouvidos. Convidou para audiência pública sobre a outorga onerosa promovida pela Comissão de Planejamento Urbano e Meio Ambiente, com a participação de trabalhadores da construção civil, da Ademi-BA e dos secretários Sílvio Pinheiro e Heber Santana (respectivamente, de Urbanismo e Transporte e de Relações Institucionais), no dia seguinte, às 9h. Foram votadas e aprovadas as licenças dos vereadores Toinho Carolino e Kiki Bispo para o período de 6 a 12 de março. O vereador Odiosvaldo Vigas elogiou os cidadãos na Galeria que pleiteavam a revisão da Lei sobre uso de rastreador no transporte escolar. Defendeu a fiscalização aos transportadores clandestinos e declarou-se certo quanto ao diálogo pretendido. Lamentou os casos de dengue, cuja ocorrência dobrou em Salvador e no Estado, considerando-os uma derrota do poder público, já que vê o cidadão fazendo a sua parte. O vereador Toinho Carolino também disse crer no diálogo sobre os transportadores. Comentou sobre a atuação do secretário de Infraestrutura e Defesa Civil Paulo Fontana e as obras às quais ele dá andamento, declarando-se satisfeito. Pela ordem, o vereador Hilton Coelho pediu inscrição para os Registros, observando que o Regimento Interno (RI) não prevê prazo de encerramento de inscrições. Pela ordem, o vereador Gilmar Santiago fez o mesmo pedido. O vereador Carlos Muniz pediu que o vereador Euvaldo Jorge pudesse se reunir com os proprietários de transporte escolar. Em seguida, comentou sobre a obra na Ladeira do Cacau e considerou haver muitas outras promessas à população não cumpridas. Chamou a atenção para a votação do PPA pretendida para aquela mesma tarde e para a inconstitucionalidade do Projeto devida à retroatividade na vigência do Plano, em razão do quê poderia haver judicialização. O Senhor presidente Paulo Câmara explicou que a inscrição para Registros fora encerrada em razão de acordo entre as lideranças, o qual não iria descumprir. Pela ordem, o vereador Joceval Rodrigues confirmou o acordo e ressaltou a forma democrática com que a questão foi conduzida. Pela ordem, o vereador Cláudio Tinoco disse reconhecer a importância da reunião da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) em andamento naquele momento, mas pediu esclarecimento sobre a possibilidade de sua ocorrência paralela ao curso de uma Sessão deliberativa. Pela ordem, o vereador Arnando Lessa reforçou o pedido de esclarecimento. Pela ordem, o líder da Oposição, vereador Luiz Carlos Suica, disse que o acordo foi para que se mantivessem os Registros e que dispositivo algum no RI da Casa estabelecia prazo-limite para as inscrições, pelo quê os vereadores Hilton Coelho e Gilmar Santiago deveriam falar. O Senhor presidente ponderou que o acordo fora estabelecido de forma a atender um apelo do líder da Oposição. Pela ordem, o vereador Moisés Rocha pediu que os vereadores Hilton Coelho e Gilmar Santiago pudessem fazer seus registros enquanto os assessores se debruçavam sobre o questionamento a respeito da reunião da CCJ. O Senhor presidente ressaltou a costumeira educação do vereador Moisés Rocha, mas negou o pedido. Pela ordem, o vereador Leandro Guerrilha pediu que os membros da Oposição permanecessem em Plenário para a votação. Pela ordem, o vereador Cláudio Tinoco leu o art. 71 do RI, que estabelece que as Comissões devem suspender seus trabalhos para que seus integrantes participem de votação e, por isso, pediu a convocação dos membros da CCJ, ao que o Senhor presidente procedeu. Foi solicitada verificação de *quorum* e constatada a presença de 19 edis. Pela ordem, o vereador Joceval Rodrigues solicitou verificação nominal e informou que os membros da CCJ já estavam a caminho do Plenário. Pela ordem, o vereador Henrique Carballal disse que a Sessão se mantinha e que a CCJ estava equivocadamente reunida, havendo, portanto, *quorum* para votação. Pela ordem, a vereadora Aladilce Souza considerou que a Sessão havia "caído", já que não havia mais inscritos para Registros e tampouco *quorum* para votação. O Senhor presidente explicou haver *quorum* para prosseguimento da Sessão. Pela ordem, o vereador Arnando Lessa questionou sobre a situação da CCJ, tendo o Senhor presidente lhe esclarecido. Pela ordem, o vereador Léo Prates disse que o RI veda o funcionamento de Comissão durante votação e explicou que a reunião da CCJ começou às 13h, antes do horário da Sessão. Pela ordem, a vereadora Aladilce Souza discordou do vereador Léo Prates, afirmando que a vedação incide quando está em curso uma Sessão deliberativa, como a que havia no momento em questão. Passando-se à **Ordem do Dia**, o Projeto de Lei n. 210/14 (PPA) passou a ser apreciado. Em 2ª Discussão, manifestou-se contrária ao Projeto a vereadora Aladilce Souza, alegando sua inconstitucionalidade, conforme apontado pelo vereador Carlos Muniz. Lembrou já ter sido aprovado o PPA abrangendo o período entre 2014 a 2017, assim como a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Lembrou ainda que o prefeito sancionou, em setembro de 2014, a Lei que criou o programa *Primeiro Passo*, em seguida procedendo ao pagamento a ele referente, que é irregular, pois realizado sem autorização da Casa. Em aparte, associou-se o vereador Luiz Carlos Suica, observando a impossibilidade de retroação do disposto no atual Projeto ao mês de setembro passado. A vereadora Aladilce Souza questionou as ações financeiras da Prefeitura, situando a criação do programa *Primeiro Passo* nesse contexto. Disse ainda ser contra o programa, defendendo, em seu lugar, o investimento em creches. Em aparte, o vereador Edvaldo Brito considerou haver pertinência na fala da oradora e observou haver defeito nas regras do programa quanto ao não-pagamento aos pais que tenham filhos matriculados em creches comunitárias, o que vê como desestímulo à presença das crianças nessas entidades. Em aparte, o vereador Sílvio Humberto lembrou ter sido contra o *Primeiro Passo* e também contra outros erros da Prefeitura, que a levaram a voltar atrás. A vereadora Aladilce Souza concluiu observando que o programa tem custo de 40 milhões de reais, enquanto a Prefeitura gastou, em 2014, 25 milhões com as creches. O vereador Henrique Carballal, por sua vez, discutiu favoravelmente, considerando não haver ilegalidade na revisão do PPA e mencionando o parágrafo 1º do art. 165 da Constituição Federal (CF), bem como o parágrafo 1º do art. 161 da Lei Orgânica do Município (LOM). Observou que o Parecer da CCJ foi aprovado e que o PPA é uma peça de longa duração, sendo, portanto, possível uma diretriz caducar. Considerou que o pano-de-fundo da discussão trazida pelos contrários ao Projeto era o fato de a Prefeitura ter conseguido se autogerenciar, batendo recorde de arrecadação e mudando a lógica que se imaginava. Ressaltou que, com essa alteração do PPA, a Prefeitura quer aplicar recursos em projetos sociais, como na educação infantil e na cultura. O vereador Arnando Lessa, por outro lado, observou que o PPA é um projeto tradicional e poderia ser votado sem obstrução se não contivesse a anomalia do art. 3º referente à vigência retroativa a partir de setembro de 2014. Disse nunca ter testemunhado esquecimento de elaboração do PPA no período nor-

mal, considerou que votar o Projeto em discussão significaria corrigir um erro com outro erro e observou que a Prefeitura executou orçamento, durante alguns meses, sem previsão no PPA. Em aparte, o vereador Luiz Carlos Suica observou haver a possibilidade de judicialização do PPA e defendeu a criação de creches, lembrando que os edis posteriormente empossados não tiveram a oportunidade de debater o assunto. De volta com a palavra, o orador leu o dispositivo da LOM que estabelece os prazos para que o prefeito envie a LDO e a LOA à Câmara, e questionou se o PPA não teria prazo. Disse que iria solicitar um parecer do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM) sobre a legalidade do art. 3º do Projeto em discussão e ressaltou a experiência do jurista que alertou o vereador Carlos Muniz sobre essa questão. Em aparte, o vereador Carlos Muniz observou que os beneficiários dos 50 reais não podem colocar seus filhos em creches comunitárias e que o valor sequer paga os gastos de uma criança matriculada em uma delas, quiçá, numa particular. Continuando, o orador considerou necessário pesquisar se outros programas já foram executados sem previsão no PPA, pois, se assim foi feito, aconteceu de forma ilegal. Em seguida, disse que não poderia uma Comissão votar um Parecer paralelamente a uma Sessão deliberativa e, por isso, informou ter pedido que fosse registrado o horário dos votos dados na reunião da CCJ, considerando sem validade a deliberação a que chegaram seus membros. Pela ordem, o vereador Léo Prates voltou a informar que a CCJ iniciou sua reunião às 13h e explicou que se aguardava o voto do vereador Waldir Pires. Além disso, pediu respeito à Comissão, afirmando ter a reunião sido findada tão logo soube de solicitação nesse sentido. O vereador Cláudio Tinoco, manifestando-se a favor do Projeto, considerou que seu mérito envolve investimentos sociais. Disse que o *Primeiro Passo* beneficia crianças, universalizando seu acesso à educação, em cumprimento a uma responsabilidade dada pela CF aos Municípios. Explicou a exigência, contida no programa, de que as crianças tenham acompanhamento médico, realizado em frequência semestral. Também considerou que a Lei n. 8.535/13 autoriza o ajuste no PPA e explicou as prerrogativas e obrigações do Executivo quanto a isso. Observou que o Legislativo votou a LOA, mas não cumpriu o prazo, até dezembro de 2014, para votar o Projeto em discussão, e, mesmo assim, colegas falam em legalidade. Considerou essa situação responsabilidade de todos os vereadores. Pelo PTB, o vereador Edvaldo Brito historiou a criação do princípio da anterioridade. Defendeu o respeito à CF, citando frase do ex-presidente Eurico Gaspar Dutra: "Quero ver o 'livrinho'", em referência à Carta Magna, que tinha como fonte de decisões. Citou o art. 165 da CF, em referência ao PPA. Explicou seu entendimento sobre prazos para a elaboração das leis orçamentárias e disse que o prazo para o PPA é até setembro do primeiro ano do mandato do prefeito. Defendeu a irretroatividade da lei, exceto nos casos em que isso beneficia o cidadão, e disse que, por tais razões, seu voto seria contrário. Pelo PTN, o vereador Carlos Muniz voltou a falar sobre o efeito retroativo da vigência pretendido pelo Projeto do PPA e refutou a responsabilidade atribuída aos vereadores na questão sobre ele suscitada. Considerou que quem não quer o bem do povo é quem não cuida da educação e da saúde. Em aparte, a vereadora Aladilce Souza parabenizou o orador, com quem se associou sobre a qualidade dos serviços públicos. Elogiou o discurso do vereador Edvaldo Brito e repetiu as datas envolvidas na discussão: em 5 de setembro, o programa *Primeiro Passo* foi sancionado e, em 30 de setembro, o Projeto de alteração do PPA chegou à Casa. Considerou que, sendo assim, votar em dezembro não resolveria o problema. Em aparte, o vereador Gilmar Santiago também parabenizou o orador. Em seguida, solicitou que a Comissão de Saúde averiguasse a informação de que é necessário haver farmacêutico nos postos de saúde para que eles recebam medicamentos. Em aparte, o vereador Luiz Carlos Suica criticou a atenção dada à Educação Infantil pela Prefeitura. A Sessão foi prorrogada por 15 minutos. O vereador Everaldo Augusto refutou a ideia de que todos os vereadores seriam responsáveis pela situação discutida e disse que o prefeito deveria responder ao TCM por realizar gasto sem autorização, em vez de tentar criar uma Lei inconstitucional. Disse ainda que a inclusão das creches no sistema educacional é uma luta de décadas, na qual houve avanços nas gestões do ex-presidente Lula e da presidente Dilma Roussef. Também defendeu a valorização das creches em lugar do programa *Primeiro Passo*. Em aparte, a vereadora Aladilce Souza associou-se quanto à importância das creches. O orador sugeriu que o prefeito consultasse as mães das crianças sobre o que elas preferiam: investimento em creches ou o *Primeiro Passo*. Informou passeata pelas creches comunitárias no Campo Grande, dia 20, às 14h, cuja pauta envolve 15 itens, entre os quais não se inclui o *Primeiro Passo*. O Senhor presidente Kiki Bispo registrou a presença do ex-vereador e deputado estadual Sildevan Nóbrega. Em aparte, o vereador Luiz Carlos Suica questionou que tipo de creche se pode ter com o pagamento de 50 reais. A Sessão foi prorrogada por mais 15 minutos. O vereador Everaldo Augusto concluiu sua fala defendendo o reconhecimento da criança como cidadã e a inclusão das creches no âmbito da Secretaria de Educação. Pelo tempo do PT, o vereador Moisés Rocha observou que o PPA não costuma ter uma votação polêmica e considerou que está faltando diálogo entre a Prefeitura, a Casa e os líderes partidários para que problemas sejam eliminados. Comentou sobre a retroatividade pretendida no PPA, lembrou que a questão das creches já fora votada e considerou o *Primeiro Passo* um retrocesso. Também ressaltou a importância das creches, que, em Salvador, vivem uma situação precária, e a luta do vereador Edvaldo Brito pela melhoria delas. Em aparte, associou-se o vereador Gilmar Santiago, considerando que o vereador Edvaldo Brito contagiou a todos. Em seguida, lembrou que o secretário Guilherme Bellintani assumiu a Secretaria de Educação dizendo que garantiria vagas para 15 mil crianças até o final da gestão. Lembrou ainda que Salvador tem a segunda pior educação infantil do País e defendeu a construção de creches públicas, considerando que as comunitárias ajudam a resolver o problema. Por fim, mencionou a marcha em prol de creches públicas de qualidade, que será realizada no dia 20 de março. Retomando seu discurso, o orador concluiu considerando ser fácil suceder a quem foi um desastre e não construiu as mais de 130 creches herdadas do Governo Federal. A Sessão foi prorrogada por mais 15 minutos. Continuando os apartes, o vereador Everaldo Augusto discorreu sobre matéria veiculada naquele mesmo dia, no jornal Tribuna da Bahia, sobre a tragédia que é a ausência de creches. Contou que 28 creches já foram fechadas na cidade, outras 150 correm o mesmo risco, e que, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cerca de 150 mil crianças estão fora delas. O orador considerou que isso não se deve à falta de recursos e de programas do Governo Federal. Em aparte, o vereador Luiz Carlos Suica parabenizou o orador e, em seguida, criticou a transferência das creches para a Secretaria de Promoção Social e Combate à Pobreza. Por fim, chamou a atenção para a importância do debate em curso para a vida pública dos vereadores. Em aparte, o vereador Carlos Muniz considerou que falta interesse da Prefeitura na Educação. Contou que um terreno plano, de cinco mil metros quadrados, situado na Estrada das Barreiras, foi doado para a construção de uma creche, mas até agora não fizeram coisa alguma. Em aparte, o vereador Pedrinho Pepê lembrou que está sendo construído um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) no Cabula. Concluindo, o orador pediu olhar do prefeito para as crianças carentes e negras de Salvador e mencionou alguns dos programas do Governo Federal voltados para a educação infantil. O vereador Sílvio Humberto afirmou ser fato a ilegalidade do Projeto e disse que sua preocupação era com a primeira infância e o futuro. Questionou por que a Secretaria de Educação não albergou o *Primeiro Passo*, vendo, nisso, sinal de que nem em seu âmbito o programa é bem conceituado. O edil tomou-se como exemplo do poder da educação para um jovem crescer na vida e apontou desigualdade no tratamento dado pela Prefeitura às crianças, pois as mais pobres ficam em creches piores pelo preço de 50 reais. Em aparte, associaram-se os vereadores Gilmar Santiago e Moisés Rocha, que informou que a Secretaria de Educação, desde outubro do ano passado, dispõe de verba para as creches, que não é utilizada. O orador disse que isso revelava o tipo de prioridade da Prefeitura. Em aparte, o vereador Luiz Carlos de Souza citou estudo da Secretaria de Direitos Humanos do Governo Federal com estimativas alarmantes sobre a morte de jovens nos próximos anos. A Sessão foi prorrogada por mais 15 minutos. Em aparte, a vereadora Aladilce Souza propôs que as Comissões afins ao tema se unissem no acompanhamento da execução orçamentária a respeito das creches. O vereador Sílvio Humberto contou visita ao secretário de Educação realizada com o vereador Hilton Coelho, na qual levou questionamentos sobre as creches. Concluiu sua fala dizendo que os jovens que praticam crimes não "brotam do asfalto", e provêm do descaso público com a juventude. Pelo tempo do PSol, o vereador Hilton Coelho considerou que o erro do Executivo estava transparente e que a intenção era associar o Legislativo a esse erro, como se isso fosse isentar a Prefeitura. Opinou que o prefeito deveria reconhecer a falha e questionou qual seria a perspectiva de futuro para as crianças pobres de Salvador. Declarou-se surpreso que um colega tenha conseguido ver, no *Primeiro Passo*, distribuição de renda e democratização do ensino. Considerou que esse programa não tem a ver com o *Bolsa Escola*, embora sobre ele também tenha críticas. Lamentou que as ruas da cidade estivessem cobertas de sangue da juventude e que não se conseguisse estabelecer nexo dessa realidade com o que se estava discutindo. Comentou a respeito da audiência pública realizada sobre o *Primeiro Passo*. A Sessão foi prorrogada por mais 15 minutos. O Senhor presidente Kiki Bispo registrou a presença do vereador Júnior de Araci, do município de Dias D'Ávila. Dando prosseguimento ao seu discurso, o orador observou que os 50 reais pagos não obrigam a família a matricular a criança numa creche privada, o que pode levar ao entendimento de que se trata de um acréscimo de renda, e não, de um incentivo educacional. Considerou que essa falta de vinculação prejudica uma fase cognitiva fundamental do ser humano. Em aparte, o vereador Sílvio Humberto ressaltou a importância do comprometimento com a primeira infância e comentou sobre as visitas que vêm sendo realizadas às escolas, através das quais se constata que suas condições deixam muito a desejar. Considerou que o *Primeiro Passo* não rompe com o ciclo vicioso da pobreza e que, com ele, o Município tenta apenas se livrar de um problema. O orador considerou que o programa é perverso também com as famílias, que muitas vezes não têm noção do prejuízo cognitivo que estão causando às crianças. Considerou, ainda, que o programa estimula a retirada das crianças das creches e criticou a falta de prioridade à Educação Infantil. A Sessão foi prorrogada por mais 15 minutos. O Projeto de Lei n. 210/14 foi votado e aprovado, em 2ª Discussão, contra os votos dos vereadores Aladilce Souza, Antônio Mário, Arnando Lessa, Carlos Muniz, Edvaldo Brito, Everaldo Augusto, Hilton Coelho, Kiki Bispo, Luiz Carlos Suica, Moisés Rocha, Sílvio Humberto e Toinho Carolino. Em 3ª Discussão, manifestou-se contrária a vereadora Aladilce Souza, explicando a importância do debate e que a insistência em fazê-lo era para evitar-se uma ilegalidade, e não por tentativa de obstrução. Elogiou o vereador Edvaldo Brito e citou o parágrafo 1º do art. 167 da CF, sobre investimentos que ultrapassam um exercício financeiro necessitarem de lei que os autorize, exigência cujo desatendimento configura crime de responsabilidade. Em aparte, o vereador Edvaldo Brito agradeceu o elogio e comentou as sanções cabíveis em caso de crime de responsabilidade. Também em aparte, o vereador Hilton Coelho lamentou o baixo investimento da Prefeitura em creches e CMEIs, observando que creches em ruínas não foram recuperadas. A vereadora Aladilce Souza questionou por que terrenos desafetados em áreas consideradas nobres não são destinados a creches. Em aparte, o vereador Luiz Carlos Suica sugeriu que, uma vez que as empregadas domésticas passaram a ter mais direitos, seus filhos poderiam ficar em creches nas áreas nobres onde elas trabalham. A oradora concluiu pedindo a rejeição ao Projeto. O vereador Cláudio Tinoco observou que a discussão estava voltada para o mérito do PPA e o *Primeiro Passo*, lembrando que muitos vereadores contribuíram para a sua aprovação. Observou, ainda, que passou despercebida a construção de um hospital público municipal e a revitalização de 15 pontos turísticos, também previstas no Projeto. Lembrou a vigência do PPA (2014-2017) e a garantia dos programas até o primeiro ano da próxima gestão, para não frustrar a expectativa da população. Lembrou, ainda, que a LDO de 2014 foi revisada por Projeto enviado pela presidente da República ao Congresso Nacional no segundo semestre. A Sessão foi prorrogada por 2 horas. O vereador Carlos Muniz elogiou a forma como o presidente Paulo Câmara vinha conduzido a Sessão. Em aparte, o vereador Luiz Carlos Suica ressaltou que o PPA é importante para a vida das pessoas e que os vereadores deverão prestar conta dele à sociedade. Em aparte, o vereador Paulo Magalhães Júnior ressaltou o poder de articulação do vereador Carlos Muniz, a quem parabenizou, e declarou-se feliz em ver a evolução do seu mandato. O orador agradeceu, afirmando ter se espelhado no colega, quando seu assessor, em 2006. Em aparte, o vereador Everaldo Augusto considerou que o vereador Carlos Muniz não mudou, e sim a atitude do Executivo, que fez parte dos seus apoiadores tomarem outra posição. Em aparte, a vereadora Aladilce Souza afirmou que respeita todos os colegas, mas que costuma elogiar a partir da ação e posição de cada um quanto às políticas públicas para o fortalecimento da democracia. A Sessão foi prorrogada por mais 15 minutos. Continuando, o orador parabenizou o vereador Edvaldo Brito pela atuação, ao que o vereador Edvaldo Brito agradeceu, lembrando que seu pronunciamento se deveu a informação compartilhada pelo orador. Em aparte, o vereador Moisés Rocha observou que a Casa estava travando um debate sobre um Projeto já votado, mas considerou isso importante, uma vez que se discutia sobre o futuro. Comentou sobre a meta de universalização do ensino, ressaltando a necessidade de se atentar sobre o assunto. O orador questionou como estariam a alimentação e a limpeza das creches, já que elas estão sem receber recursos. Em aparte, o vereador Toinho Carolino ressaltou a importância da educação infantil e também considerou o *Primeiro Passo* um retrocesso. Disse que é preciso averiguar a aplicação dos recursos e a construção das creches, pois há terrenos. Concluindo, o orador considerou a falta de terrenos mais uma desculpa do prefeito e destacou que as pessoas que mais necessitam estão sendo penalizadas. Em comunicação inadiável, o vereador Isnard Araújo informou resultado de pesquisa do instituto Datafolha apontando a Igreja Universal do Reino de Deus como uma das cinco instituições

mais confiáveis do País. Discutindo a favor do Projeto, o vereador Léo Prates questionou por que não se agiu até dezembro de 2014 e lembrou que o PTN e o PCdoB controlaram a Secretaria de Educação por oito anos. Pela ordem, o vereador Everaldo Augusto pediu que se retirassem palavras contrárias ao PCdoB, dizendo que o partido não tem responsabilidade pelo problema do atraso. Pela ordem, o vereador Carlos Muniz informou que o PTN só esteve ligado à Educação municipal durante dois anos e quatro meses. Pela ordem, o vereador Luiz Carlos Suica disse que a Casa dava lição de democracia e civilidade e lamentou que o vereador Léo Prates tentasse pôr a culpa pelos problemas nos partidos adversários. Pela ordem, o vereador Toinho Carolino, pediu, como líder do PTN, que o vereador Léo Prates refletisse sobre o que falara. Pela ordem, o vereador Euvaldo Jorge observou que alguns vereadores da Oposição elogiavam o *Primeiro Passo* no ano passado, mas agora o condenavam. Em seguida, encaminharam voto os vereadores Joceval Rodrigues (a favor), Luiz Carlos Suica (contra), Toinho Carolino (contra), Hilton Coelho (contra) e Edvaldo Brito (contra). O Projeto de Lei n. 210/14 foi votado e aprovado em 3ª Discussão e até a Redação Final, contra os votos dos vereadores Aladilce Souza, Arnando Lessa, Carlos Muniz, Edvaldo Brito, Everaldo Augusto, Gilmar Santiago, Hilton Coelho, Kiki Bispo, Luiz Carlos Suica, Moisés Rocha e Toinho Carolino. Pela ordem, o vereador Luiz Carlos Suica perguntou quantos votaram a favor do Projeto, ao quê o Senhor presidente respondeu terem sido 24. Pela ordem, o vereador Moisés Rocha informou que o Requerimento n. 85/15, do vereador Luiz Carlos Suica, era igual ao Requerimento n. 08/15, de sua autoria, o qual deveria ter preferência, em razão de anteceder ao do colega. Em seguida, foram votadas e aprovadas as Moções n.s 01/15, 02/15, 03/15, 04/15, 05/15 e 06/15; discutidos, votados e aprovados os Projetos de Indicação n.s 02/15, 06/15, 08/15, 10/15, 11/15, 12/15, 13/15, 14/15, 15/15, 16/15, 17/15, 18/15, 19/15, 23/15, 24/15, 25/15, 26/15, 27/15, 28/15, 29/15, 30/15, 32/15, 35/15, 36/15, 37/15, 38/15, 39/15, 40/15, 41/15, 42/15, 43/15, 44/15, 45/15, 46/15, 50/15, 51/15, 52/15, 53/15, 54/15, 56/15, 57/15, 58/15, 59/15, 60/15, 61/15, 62/15, 63/15, 64/15, 65/15, 66/15, 67/15, 68/15, 69/15, 70/15, 71/15, 72/15, 81/15, 82/15, 84/15, 85/15, 93/15 e 94/15; 08/14, 13/14, 25/14, 26/14, 77/14, 87/14, 121/14, 133/14, 135/14, 138/14, 141/14, 149/14, 161/14, 166/14, 170/14, 178/14, 183/14, 184/14, 190/14, 205/14, 209/14, 211/14, 213/14, 216/14, 230/14, 231/14, 233/14, 237/14, 239/14, 240/14, 241/14, 243/14, 245/14, 246/14, 247/14, 248/14, 249/14, 250/14, 251/14, 252/14, 255/14, 256/14, 262/14, 263/14, 264/14, 271/14, 272/14, 273/14, 276/14, 277/14, 279/14, 280/14, 281/14, 282/14, 283/14, 284/14, 285/14, 286/14, 287/14, 288/14 e 289/14; 106/13, 183/13, 290/13, 465/13, 470/13, 483/13, 514/13, 540/13, 618/13, 635/13, 653/13, 656/13, 664/13, 665/13, 667/13, 676/13, 684/13, 696/13, 727/13, 782/13, 783/13, 785/13, 787/13, 816/13, 823/13, 851/13, 858/13, 859/13, 860/13, 865/13 e o Substitutivo ao Projeto de Indicação n. 48/15; discutidos, votados e aprovados, até a Redação Final, os Projetos de Lei n.s 04/15, 05/15, 18/15, 29/15, 30/15, 31/15, 39/15, 43/15, 48/15, 53/15, 58/15, 59/15 e 60/15; 157/14, 159/14, 190/14, 229/14, 242/14, 253/14, 263/14, 265/14, 268/14, 281/14, 286/14, 288/14, 294/14, 295/14, 299/14, 300/14, 301/14, 302/14 e o Substitutivo ao Projeto de Lei n. 214/14; e discutidos, votados e aprovados os Projetos de Resolução n.s 05/15, 07/15, 09/15 e 13/15; 11/14, 13/14, 15/14, 35/14 e 44/14; 87/13, 102/13, 106/13 e 110/13. Em votação o Requerimento n. 01/15 (Comissão Especial do Carnaval), discutiu o vereador Cláudio Tinoco, que esclareceu não tratar do mérito. Declarou-se surpreso por o autor do Requerimento ser membro da Comissão Especial que está em vigor, considerando, assim, que não se deveria votar o Requerimento, uma vez que ele desconsidera uma composição já feita. Leu o Requerimento n. 03/13, destacando possuir ele os mesmos "considerandos" do atual. Também leu o inciso II do art. 50 do RI, que fala sobre a extinção das Comissões temporárias depois de atingida a finalidade para a qual foram criadas, bem como o parágrafo 6º do mesmo artigo, que dispõe sobre a duração necessária ao desempenho de suas atribuições, dentro do período da Legislatura. Considerou que votar o Requerimento em discussão é desconsiderar o RI, pediu sua rejeição e questionou se as duas Comissões Especiais vigorariam ao mesmo tempo. O Senhor presidente informou que decreto presidencial extinguiu todas as CEIs. Discutiu também o vereador Duda Sanches, que se associou ao vereador Cláudio Tinoco, ressaltando o trabalho já realizado pela Comissão Especial do Carnaval. O Senhor presidente voltou a explicar que todas as CEIs foram extintas por decreto presencial. Após discussão, o Requerimento n. 01/15 foi votado e aprovado, contra os votos dos vereadores Cláudio Tinoco e Duda Sanches. Em apreciação, o Requerimento n. 04/15 (Comissão Especial em Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência) foi votado e aprovado, após ter discutido o vereador Cláudio Tinoco, que enalteceu a iniciativa, afirmando, no entanto, querer que os debates ocorram de forma legítima, e lembrando que há, na Casa, os independentes. Pela ordem, o vereador Léo Prates agradeceu o elogio à iniciativa de sua autoria. Dando prosseguimento às votações, foram discutidos, votados e aprovados os Requerimentos n.s 05/15, 06/15, 07/15, 08/15, 09/15, 10/15, 11/15, 12/15, 13/15, 14/15, 15/15, 16/15, 17/15, 18/15, 19/15, 20/15, 21/15, 22/15, 23/15, 24/15, 25/15, 26/15, 27/15, 28/15, 29/15, 30/15, 31/15, 32/15, 33/15, 34/15, 35/15, 36/15, 37/15, 38/15, 39/15, 40/15, 43/15, 44/15, 45/15, 46/15, 47/15, 48/15, 49/15, 50/15, 51/15, 52/15, 53/15, 54/15, 55/15, 56/15, 57/15, 58/15, 59/15, 60/15, 61/15, 62/15, 63/15, 64/15, 65/15, 66/15, 67/15, 68/15, 69/15, 70/15, 71/15, 72/15, 73/15, 74/15, 75/15, 76/15, 77/15, 78/15, 79/15, 80/15, 81/15, 82/15, 83/15, 84/15, 86/15, 87/15, 88/15, 89/15, 90/15, 91/15, 92/15, 93/15, 94/15, 95/15, 96/15, 97/15, 98/15, 99/15, 100/15, 101/15, 102/15, 103/15, 106/15, 107/15, 108/15, 110/15, 111/15, 112/15, 113/15, 114/15, 115/15, 116/15, 117/15, 118/15, 120/15, 121/15, 122/15, 123/15, 124/15, 125/15, 126/15, 127/15, 128/15 e 129/15; 146/14, 137/14 e 109/14; 162/13 e 258/13. Findas as votações, pela ordem, o vereador Edvaldo Brito lembrou que o prazo para envio das emendas ao texto de reforma do RI se encerraria na sexta-feira e informou que entregaria o trabalho ao presidente Paulo Câmara na segunda-feira. Pela ordem, o vereador Léo Prates pediu que pudesse entregar a compilação das contribuições da bancada do Governo na segunda-feira. Pela ordem, o vereador Cláudio Tinoco solicitou cópia do decreto presidencial que extinguiu as Comissões Especiais. E, nada mais havendo, o Senhor presidente declarou encerrada a Sessão, antes marcando outra para segunda-feira, à hora regimental. REGISTROS: registros dos vereadores Léo Prates, Odiosvaldo Vigas, Sílvio Humberto e Toinho Carolino.

PRESIDENTE

1º SECRETÁRIO

2º SECRETÁRIO

EXPEDIENTE DA MESA

ATO N.º 660/2015 – A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Processo Administrativo n.º 0589/2013,

RESOLVE:

Exonerar, a pedido, o servidor **ALEX PACHECO MAGALHÃES**, cad. 6.043, do Cargo efetivo de Consultor Jurídico, Nível I, Classe A, Tabela 1, com efeito retroativo a 12/03/2013. Salvador, 20 de Março de 2015.

PAULO CÂMARA
Presidente

CLISTENES BISPO
1º Secretário

ORLANDO PALHINHA
2º Secretário

ATO N.º661/2015 – A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR, no uso de suas atribuições, de conformidade com o art. 8º, alínea "a" do Dec. Leg. 944/2010, no seu Anexo IV,

RESOLVE:

Promover os servidores ocupantes do cargo efetivo de Assistente Legislativo Municipal abaixo relacionados, para o **Nível "V" da Classe "C" da tabela 3,** a partir de 01 de abril de 2015. Salvador, 24 de março de 2015.

ALBERTO LUIZ BELTRÃO PINTO	2047
ALMIRO CRUZ PIMENTEL	3362
AMALIA MARIA A. PEREIRA	2040
ANGELICA C. B. DE ALMEIDA	2050
ANTONIO FERNANDO SALDANHA BARROS	3226
ANTONIO JORGE LIMA CARNEIRO	2028
ARISTON FREITAS NETO	2035
BEATRIZ C. P. DE B. NETA	2023
DALMO LOPES FERNANDES	3235
DENISE MASCARENHAS ROSA	9013
DILTON DOS ANJOS BITENCOURT	2029
ENOGNO C. DE B. SANTOS	2030
EVERALDINA T. DOS SANTOS	9028
GILVAN JOSE DA SILVA	9032
HERBENE DOS SANTOS LIMA	2066
HILDELIO FRANCISCO DOS SANTOS	3432
IVANETE SANTANA	6010
JOAO MARCOS R. DUARTE	2060
JOILSON OLIVEIRA MALTA	2031
JORGE DE SOUZA BATISTA	2038
JORGE L. SILVA SANTOS	3371
JORGE LUIZ PEREIRA COSTA	3329
JORGE ROMÃO P. DOS REIS	2051
JOSE GUILHERME SANTIAGO	9006
JOSE RODRIGUES NETO	2039
JOSE VITOR F. P. SEARA	3223
JUCARA MARIA B. PINTO SANTANA	2006
LUCIA MARIA CORREIA RIBEIRO	3022
LUCIANO ELIAS SANTOS JUNIOR	3319
LUCY DE JESUS C. DA COSTA	2053
MARIA CELIA REIS BARRETO	2092
MARIA DA C. DA N. F. DE JESUS	9017
MARIA DE FATIMA C. SANTOS	3278

MARIA DE F. T. CURVELLO	2027
MARIA DE LOURDES BRANDAO	2124
MARIA ESTER DE MELO COELHO	6012
MARIA JOSE SALDANHA PEREIRA	3251
MIRIAN COUTO DOS SANTOS	2093
MUNIRA ABUD MENEZES	2018
NEIDE COSTA DA SILVA	2015
NIODETE O. DE SOUZA	2182
PAULO ROBERTO DE ARAUJO	**6015**
REGINA CELIA DE S. BOA MORTE	2034
RONILDA TRINDADE DE ASSIS	2181
ROSALIA DO B. C. SANTOS	9026
RUTE C. DOS S. SANTANA	6013
SERGIO BERENGUER FERNANDES	9012
SHEYLA SANTANA MACHADO	6003
SIDELMAR ARAÚJO CASTRO	6001
SONIA MARIA TEIXEIRA SILVA	2063
WALTER EXPEDITO DA S. BRITO	6006
WELLINGTON R. S. SOUSA	2070

Promover a servidora ocupante do cargo efetivo de Técnico de Enfermagem abaixo relacionada, para o **Nível "V" da Classe "C" da tabela 3,** a partir de 01 de abril de 2015. Salvador, 24 de março de 2015.

IRACEMA MARIA DE BRITO SILVA	3425

Promover a servidora ocupante do cargo efetivo de Assistente Legislativo Municipal abaixo relacionada, para o **Nível "IV" da Classe "C" da tabela 3,** a partir de 01 de abril de 2015. Salvador, 24 de março de 2015.

EUCLEDES FERREIRA SANTOS	3212

CLISTENES BISPO
1º Secretário

PAULO CÂMARA
Presidente

ORLANDO PALHINHA
2º Secretário

EXPEDIENTE DA PRESIDÊNCIA

ATO Nº 006/2015

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR, no uso de suas atribuições, resolve: **Designar** uma Comissão Especial, composta dos vereadores Arnando Lessa – Presidente, Kátia Alves, Pedrinho Pepê, Duda Sanches, Euvaldo Jorge, Everaldo Augusto e Moisés Rocha. Suplentes: Toinho Carolino e Suíca, com o objetivo de acompanhar as propostas de planejamento do Carnaval de Salvador pelo Poder Executivo Municipal, criada pelo Requerimento nº 01/2015.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, em 24 de março de 2015

Paulo Câmara
Presidente

EXPEDIENTE DA DIRETORIA ADMINISTRATIVA

LICENÇA MÉDICA		
6123	ANGELO EDMUNDO PARAISO MARTINS	20/03/2015 A 03/04/2015
3279	MARIA LUISA NASCIMENTO	16/03/2015 A 30/03/2015

LICENÇA MÉDICA PRORROGAÇÃO		
9013	DENISE MASCARENHAS ROSA	12/03/2015 A 26/03/2015
2092	MARIA CELIA REIS BARRETO	15/03/2015 A 13/04/2015

LICENÇA PARA ACOMPANHAR PESSOA DA FAMÍLIA		
3270	BIEVENIDO BONFIM DOS SANTOS	19/03/2015 A 28/03/2015

EXPEDIENTE DA DIRETORIA

RETIFICAÇÃO:

No **Ato 614/2015** da Mesa, publicado no D.O.L. do dia 19/03/2015, página 13:

Onde se lê: "...para o Cargo em Comissão de Assessor Parlamentar **G 23,** Classe **CC 30**..."

Leia-se: "...para o Cargo em Comissão de Assessor Parlamentar **G 23,** Classe **CC 10**..."

GABINETE DA DIRETORIA, 23 de março de 2015.

CARLOS ALBERTO FAGUNDES PEREIRA
Diretor Administrativo

Acesse o Portal da Câmara Municipal de Salvador
www.cms.ba.gov.br
www.twitter.com/camarasalvador
www.facebook.com/camaradesalvador

Mês da Mulher

A Câmara Municipal de Salvador parabeniza todas as mulheres pelo avanço nas lutas por mais direitos e espaços políticos



Acesse o Portal da Câmara Municipal de Salvador

www.cms.ba.gov.br

twitter.com/camarasalvador

facebook.com/camaradesalvador